

ÁREA DE PROJECTO E/OU PROJECTO TECNOLÓGICO NO ENSINO SECUNDÁRIO

José Augusto PACHECO

Universidade do Minho

Resumo

Nesta comunicação temos como propósito problematizar a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico no Ensino Secundário partindo da discussão dos seguintes aspectos: natureza do Ensino Secundário; que conhecimento se torna mais valioso?; caracterização e pressupostos da nova área curricular não disciplinar.

Introdução

Os finais do século XX estão recheados de muitos discursos educativos sobre a reforma ou inovação ou mudança curricular. É o tempo de abandono das reformas, perfilhando-se agora as ideias da reestruturação escolar na base de novas lógicas, de entre as quais salientamos: autonomia, responsabilidade, participação, devolução de competências, qualidade, prestação de contas, parceria, contrato, projecto...

Porque se discute cada vez mais a escola como espaço de aprendizagem e formação o currículo ocupa um lugar central nas opiniões, estudos e decisões que configuram mudanças orientadas pela flexibilização e descentralização das políticas educativas. No centro da mudança estão os Ensinos Básico e Secundário, embora se considere também a Educação pré-escolar como área prioritária. Nesta comunicação temos como objecto de análise o Ensino Secundário, sobretudo a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico (Cortezão, Leite & Pacheco, 2001).

1. O Ensino Secundário

De natureza facultativa, ainda que a universalização da escolaridade até ao 12º ano de escolaridade seja uma realidade próxima, o Ensino Secundário abrange em Portugal um ciclo de 3 anos, para alunos dos 15 aos 18 anos, situando-se entre o Ensino Básico, obrigatório até ao 9º ano, e o Ensino Superior. A questão da identidade do Ensino Secundário coloca-se a partir do momento em que serve de ponte de ligação entre os dois subsistemas de ensino referidos. Sobre a identidade do Ensino Secundário reconhece-se esta realidade: “O ensino secundário, no contexto do sistema educativo português, tem assumido o papel de “corredor de passagem” entre o ensino básico e ensino superior. Esta concepção, muita enraizada em largos sectores da sociedade portuguesa, descaracteriza claramente este ciclo de estudos e, ainda mais preocupante, não facilita a inclusão de muitos jovens no sistema de ensino nem a sua transição para a vida profissional. Na verdade, aquela concepção parece ignorar que o ciclo de estudos secundários constitui um momento particularmente importante para que os jovens que o frequentam adquiram uma formação e uma educação sólidas que valham por si próprias” (Departamento do Ensino Secundário, 2000a).

Daí que “a dupla finalidade inerente ao lugar intermédio que o ensino secundário ocupa no sistema tem prejudicado a definição do seu papel na formação dos alunos que o completam” (Fernandes, Domingues *et al*, 1998:26).

A terminalidade¹ do Ensino Secundário é assim exigida não só pela sua débil identidade – diremos que é o Ensino Superior quem mais o determina em termos de construção curricular e de perspectivas dos alunos – mas, de igual modo, pelo questionamento das duas finalidades que desempenha: uma de educação geral, com vista à aquisição de uma cultura comum e de saberes especializados; a outra de uma educação vocacional, orientada para o desenvolvimento profissional. Neste caso, não se discute a aceitação da lógica produtiva para a escola, mas tão-só a necessidade de reconhecer que esta desempenha uma função social com a finalidade de preparar os alunos para os desafios das sociedades contemporâneas. Porém, a função do Ensino Secundário pode falhar quando na construção das formas e conteúdos curriculares se apresentam dois projectos diferenciados, correspondentes, ao “currículo para as mãos” e ao “currículo para o cérebro”². Dito de outro modo: um currículo relacionado com o processo activo e um currículo circunscrito a um corpo de conhecimentos a ser transmitido. Esta dualidade curricular é ainda mais penalizante quando o ensino profissional continua a ser muito rejeitado pelos grupos sociais mais favorecidos (Pacheco, 1999).

Para além de acentuar o fosso entre a educação geral (caracterizada pela função selectiva e pela organização curricular propedêutica relativamente ao Ensino Superior) e a educação vocacional (marcada pelo pragmatismo do que se aprende presente na organização curricular terminal), o sistema binário do modelo organizativo do Ensino Secundário tem originado a separação de Cursos e a inexistência de áreas curriculares integradas. É nesta perspectiva que a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico se pode tornar numa área de confluência de formações³, embora sejam reconhecidas as especificidades tanto dos Cursos Gerais quanto dos Cursos Tecnológicos. Para melhor se entender esta área, que especificaremos em termos de área curricular integrada e de finalidades, abordaremos, inicialmente, quer as fronteiras e contradições da escola, quer os códigos de organização curricular e as formas de construção dos conteúdos.

2. Que conhecimento mais valioso?

A escola é um espaço de múltiplas fronteiras, que delimitam os percursos de sujeitos com diferentes expectativas, atitudes, crenças e valores. Na trajetória de vida, de

¹ A natureza terminal do Ensino Secundário, “que não significa o termo definitivo da formação e da educação de um estudante, bem pelo contrário, abre-lhe caminho para a educação e a formação ao longo da vida”, está expressa nesta perspectiva: “obter um diploma de ensino secundário, em qualquer dos percursos escolhidos pelos estudantes, deve representar a aquisição de um significativo conjunto de competências de natureza pessoal, académica e profissional”. Cf. Departamento do Ensino Secundário, 2000a, pp. 17-18.

² Goodson, Ivor (1997). *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa.

Em Portugal, falaremos, assim, e seguindo as propostas de organização curricular geral, de Cursos Gerais e de Cursos Tecnológicos. Numa análise crítica, constata-se que, no passado, “a lógica e a organização curricular de cada um destes cursos não correspondem à sua real natureza. É sabido que os cursos gerais estão *exclusivamente*, e não predominantemente, orientados para o prosseguimento de estudos e que os cursos tecnológicos *não estão orientados predominantemente para a vida activa*”. Cf. Departamento do Ensino Secundário, 2000a, p. 22.

³ Trata-se de uma “área curricular, inscrita no horário lectivo, de natureza interdisciplinar e transdisciplinar, que visa a realização de projectos concretos por parte de alunos, com o fim de desenvolver nestes uma visão integradora do saber, promover a sua orientação escolar e profissional e facilitar a sua aproximação ao mundo do trabalho”. Cf. Departamento do Ensino Secundário, 2000a, p. 27.

cada um de nós, a escola está bem presente com tudo o que de bom ou mau possa significar. A escola é um espaço sempre contraditório pois, jamais, pode originar o consenso. A sua existência depende do conflito. Aliás, de muitos conflitos. O mais sentido por todos os alunos é o da aprendizagem.

As questões relevantes: o que realmente conta como conhecimento mais valioso? O que nos exigem que aprendamos de forma elaborada e no âmbito da disciplina? O que poderíamos aprender em função dos nossos interesses, motivações e experiências?

Na procura de resposta a estas questões, o currículo tem desempenhado um lugar central, principalmente quando se reconhece que as actividades de aprendizagem podem ser organizadas em função de orientações, concepções, formas de legitimação e ideologias muito diversas. A identidade que o aluno vai construindo na escola é fruto de opções curriculares que se concretizam no modo particular como, em cada contexto, o conhecimento é trabalhado. Por isso, a escola é um espaço organizado para tornar efectiva uma circulação especial de determinados conhecimentos, orientados para a possibilidade da sua utilização posterior noutros contextos de reprodução (Beltrán & Martín (2000). O conhecimento adquire uma mais valia, legitimada socialmente em função do valor simbólico que lhe é atribuído.

Porém, a escola não é um percurso exclusivamente circunscrito a conhecimentos marcados pelo contexto de reprodução. É também um espaço de valorização pessoal, de enriquecimento afectivo, de gestão de uma geografia de emoções que respondem a necessidades de diálogo, de partilha, de assunção de valores e posturas éticas. É neste sentido que se aceita a discussão do currículo como uma construção social e plurissignificativa.

A ideia de currículo como uma construção, inacabada porque em constante mudança, não começa com a estrutura do conhecimento mas no modo como esse conhecimento é produzido colectivamente pelas pessoas de acordo com os seus valores e interesses. Neste caso, pode falar-se de um currículo democrático (Apple & Beane, 2000), onde os alunos são convidados a abandonarem o papel passivo de consumidores do conhecimento e a assumirem o papel activo de construtores de significados.

Muito embora a escola desempenhe uma função de instrução não pode resumir-se, no entanto, a um simples espaço de transmissão e aquisição de conhecimentos pretensamente neutrais. Subsequentemente, a disciplina, enquanto forma dominante de organização dos conteúdos escolares, é construída social e politicamente, fazendo parte "das práticas de distribuição e de reprodução social" e aparecendo "como um arquétipo da divisão e fragmentação do conhecimento nas nossas sociedades" (Goodson, 1997: 31-32).

O que se aprende na escola tradicional está profundamente associado à disciplina e debilmente articulado com os saberes ligados aos sentidos político, social e moral da acção humana.

A formação cívica e moral, a construção da cidadania, o desenvolvimento das competências relacionais, a inclusão do afecto, o estudo do quotidiano dos alunos, o sentido de pertença, a valorização de contextos específicos, a produção de identidades, a aceitação e partilha de valores e atitudes comuns, a integração da aprendizagem são aspectos a valorizar na escola, que existe para além das disciplinas, através de um currículo como processo de modo a abarcar o que os alunos podem aprender de uma forma crítica.

É a escola dos saberes partilhados, da problematização, da interpretação, da comunicação e da lógica dos alunos. É a escola onde se está por motivação, por interesse de aprendi-

der a aprender. É a escola da sala de aula, na medida em que a linguagem dos alunos é exemplar: “gosto de ir à escola mas não gosto de estar nas aulas”.

3. Caracterização da Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico

É neste sentido que, nos planos de estudo dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos do ensino secundário, surge uma área curricular denominada Área de Projecto e Projecto Tecnológico, respectivamente. Apesar de terem especificidades próprias em cada um daqueles percursos educativos e formativos, nomeadamente no que se refere à sua inserção curricular, a sua concepção baseia-se num conjunto de orientações comuns. Assim, a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico, de natureza inter e transdisciplinar, é uma área curricular integrada do conhecimento através da criação de situações dinâmicas de trabalho, isto é, de práticas curriculares em que os problemas são questionados e as actividades são negociadas, reflectindo as identidades dos alunos.

Na Área de projecto e/ou Projecto Tecnológico pergunta-se, investiga-se, problematiza-se, questiona-se, sente-se, valoriza-se, exterioriza-se, partilha-se, duvida-se, faz-se, realiza-se, avalia-se, decide-se, produz-se, constrói-se. As actividades são organizadas em função das experiências, motivações, expectativas e interesses dos alunos e pressupõem equipas de trabalho que se enriquecem pela colaboração significativa. Os conteúdos não estão predeterminados. Porque resultam de um processo aberto, os conteúdos curriculares são explorados na relação com o quotidiano dos alunos, de modo que estes compreendam cognitiva, emocional e relacionalmente os fenómenos do mundo que os rodeiam. O trabalho curricular consiste no que há para fazer, não no que se deve fazer, prevalecendo a dimensão pragmática: “articulação dos saberes escolares e dos saberes sociais, numa perspectiva sistémica do conhecimento; enfoque social; trabalho de campo e na sala; duração; produção; avaliação; dimensão afectiva; implicação” (Leite, Malpique & Santos: 1989:57).

A Área de projecto e/ou Projecto Tecnológico é um espaço de aprendizagem. Com percursos individuais e de grupo, com o sentido de pertença a um ramo do saber e com uma filiação a contextos específicos e plurais. No entanto, é uma aprendizagem integrada de temas, questões, problemas que pertencem, quer aos códigos disciplinar e relacional, quer a um percurso curricular concreto que conjuga uma formação global com uma formação específica num contexto profissional. A Área de projecto e/ou Projecto Tecnológico é, deste modo, uma porta aberta sobre a curiosidade dos alunos – com o reconhecimento das competências básicas do trabalho científico - relativamente à orientação escolar e profissional, para além de constituir o suporte não só de uma educação para a cidadania e aprendizagem ao longo da vida, bem como da assunção de responsabilidades nos processos de mudança social.

Enquanto componente curricular comum aos planos curriculares de todos os cursos gerais e tecnológicos do ensino secundário, a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico não é uma disciplina, nem tão pouco pode ser disciplinarizada. Dito de outro modo: a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico é uma área curricular integrada que, embora seja atribuída em cada turma a dois professores, preferencialmente, da componente de formação específica e/ou científico-tecnológica, privilegia uma prática de intelegibilização do real. A dinâmica do trabalho de projecto requer que o trabalho escolar adquira sentido fora das muralhas das disciplinas, contribuindo para que a escola se torne num lugar de produção.

4. Pressupostos da Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico

No contexto das políticas educativas de descentralização, a Área de Projecto e/ou Projecto tecnológico, no Ensino Secundário, pressupõe a autonomia da escola, o reforço da identidade dos projectos de formação e uma perspectiva integrada de currículo.

A partir de uma concepção deliberativa do currículo bem como de um processo de desenvolvimento do currículo interactivo e processual, a ideia de projecto justifica-se como forma de trabalho cooperativo e interdisciplinar, incorporando-se nas estruturas curriculares, a lógica da (des) construção do currículo, mormente quando o projecto formativo é equacionado como um processo de deliberação, decidido a diferentes níveis e fases, e não unicamente como um plano ou produto deixado nas mãos dos especialistas.

A concepção de currículo como processo e hipótese de trabalho em que o aluno é o seu sujeito principal, a concepção do processo de planificação como actividade flexível, interactiva e dinâmica e a concepção de projecto curricular articulado com outros projectos são alguns dos traços que caracterizam a acção do professor num contexto de autonomia curricular e que pressupõem a leitura da própria realidade, a identificação de problemas e necessidades e o reconhecimento da utilidade dos projectos e planos de actuação.

Para além da existência de um projecto educativo como símbolo máximo da autonomia da escola e de projectos curriculares de escola, cuja construção se faz em função, por um lado, dos níveis, ciclos e anos de escolaridade e, por outro, dos alunos que fazem parte de uma turma, a Área de Projecto é um vector de integração curricular.

A Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico é um espaço de debate que configura uma realidade curricular centrada nos alunos e nos processos colegiais de decisão dos professores e nas parcerias que estes estabelecem com os alunos, encarregados de educação e comunidade. Trata-se de uma área em que os alunos mobilizam competências desenvolvidas no contexto dos conteúdos das disciplinas do seu plano curricular para resolverem problemas, para estudarem e compreenderem fenómenos do mundo que os rodeia, elaborando produtos concretos – relatórios, ensaios, objectos tridimensionais diversos, programas informáticos, filmes em suporte vídeo, frontais para a Internet ou trabalhos em suporte multimedia (Departamento do Ensino Secundário, 2000b).

Porque faz parte de uma lógica de questionamento das experiências quotidianas dos alunos, a Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico exige uma liderança curricular forte no interior das escolas, com a participação do Director de Curso, do Conselho de Turma e dos professores responsáveis. A concepção, realização e avaliação da Área de projecto e/ou Projecto tecnológico não pode tornar-se numa actividade exclusiva de um professor, na medida em que é no contexto do Curso e da Turma que o projecto adquire sentido.

O perfil adequado dos professores responsáveis pela Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico incluirá quer as competências e formação na área do trabalho de projecto, quer o espírito de iniciativa, a capacidade de liderança, a disponibilidade para trabalhar em grupo, uma dinâmica participativa e crítica e um conhecimento efectivo de meio cultural, social e económico em que a escola está inserida.

O Conselho de Turma tem um papel central na aprendizagem dos alunos e, em particular, na Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico, dada a necessidade de cooperação de todos os professores da turma no apoio aos projectos escolhidos pelos grupos de trabalho dos alunos. Tais projectos fazem parte do plano anual de trabalho do Conselho de Turma (fig.1):

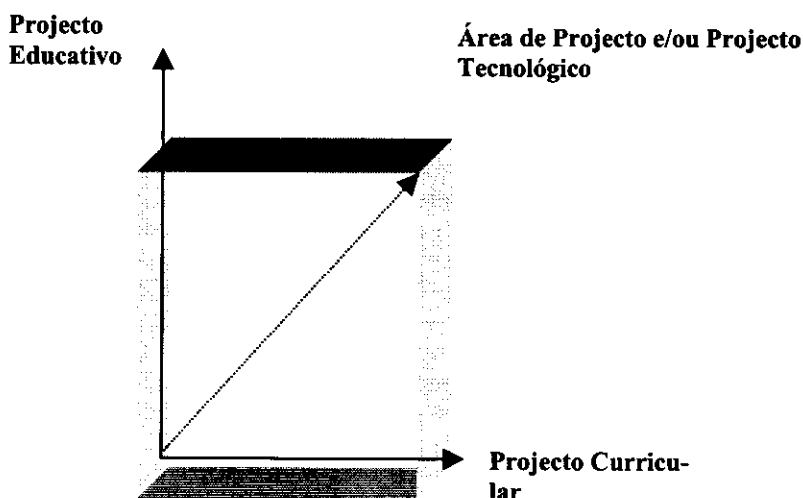


Fig.1. Integração da Área de projecto e/ou Projecto Tecnológico

A existência da Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico implica a aceitação de referenciais mínimos e que poderemos identificar ao nível das estruturas de coordenação curricular, das condições da cultura escolar e dos modelos curriculares:

a) Estruturas de coordenação curricular que evitem a dispersão disciplinar e que possibilitem que o acto curricular seja um processo de acção e não um processo formal, existente nos dossiers, e fragmentado pelos professores. Neste sentido, a Área de projecto realiza-se no quadro das estruturas intermédias de coordenação curricular que permitam aos professores a realização conjunta de tarefas de programação tanto ao nível dos Departamentos curriculares/Grupos Disciplinares quanto do Conselho de Turma.

b) Condições da cultura escolar que conduzam à colegialidade, à participação, à colaboração e à parceria entre os diversos actores curriculares e particularmente ao desenvolvimento da profissionalidade docente.

c) Modelos curriculares que reforcem a integração dos projectos formativos existentes ao nível das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares e que não contribuam para a *balcanização curricular*, isto é, para a existência de espaços de aprendizagem circunscritos ao espaço e território de cada disciplina, bem como ao livre arbitrio de cada professor.

Referências bibliográficas

- Apple, Michael & Beane, James (2000). *Escolas democráticas*. Porto: Porto Editora.
- Beltrán, Francisco e Martín, Ángel (2000). *Diseñar la coherencia escolar*. Madrid: Morata.
- Cortezão, Luiza; Leite, Carlinda e Pacheco, José A. (2001). *A Área de Projecto e/ou Projecto Tecnológico no Ensino Secundário. Uma inovação interessante?* Lisboa: Ministério da Educação.

- Departamento do Ensino Secundário (2000a). *Revisão Curricular no Ensino Secundário. Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos-1*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Departamento do Ensino Secundário (2000b). *Área de projecto*. Documento de Trabalho. (policopiado).
- Fernandes, Domingues *et al* (1998). *Análise das consultas aos parceiros educativos*. Lisboa : Departamento do Ensino Secundário/Ministério da Educação.
- Goodson, Ivor (1997). *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa.
- Pacheco, José (1999). Algumas questões sobre “O que ensinar no Ensino Secundário?”. *Colóquio/Educação e Sociedade*, 5, 147-150.